

ECONOMIA FEMINISTA EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS TEÓRICO- POLÍTICOS A PARTIR DAS LUTAS DAS MULHERES

Renata Faleiros Camargo Moreno¹

Resumo: A incipiente produção acadêmica sobre economia feminista no Brasil contrasta com uma dinâmica intensa e continuada de formação, elaboração e mobilização de um campo do feminismo para o qual a economia feminista é uma ferramenta e uma proposta política. A partir da discussão sobre as estratégias e metodologias de formação, e sobre as ações feministas na resistência ao neoliberalismo de organizações referenciadas na Marcha Mundial das Mulheres, o artigo apresenta argumentos, acúmulos e desafios teóricos e políticos para o desenvolvimento da economia feminista identificada com a corrente rupturista.

Palavras-chave: Economia feminista; Movimento Feminista; Formação feminista; Neoliberalismo.

FEMINIST ECONOMY IN MOTION: THEORETICAL POLITICAL EXPERIENCES AND CHALLENGES FROM WOMEN'S STRUGGLES

¹ Socióloga, mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia - Universidade de São Paulo, integrante da equipe da SOF e militante da Marcha Mundial das Mulheres. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Abstract: In Brazil, academic production on feminist economics is incipient and it contrasts with an intense and continuous dynamics of training, elaboration and mobilization of a feminist political field, for which feminist economics is a tool and a political proposal. The article presents arguments, theoretical and political challenges to the development of feminist economics identified with the rupturist perspective. They are based on the discussion of strategies and methodologies of training and self-organization, and on feminist actions in resistance to neoliberalism, articulated by the World March of Women.

Keywords: Feminist economics; Feminist movement; Feminist training; Neoliberalism.

Popular, rural e militante. Essas são três das características que marcam uma experiência de construção da economia feminista no Brasil, na qual convergem e interagem diferentes sujeitos políticos referenciados na Marcha Mundial das Mulheres (MMM), entre eles a SOF Sempreviva Organização Feminista e o Centro Feminista 8 de Março (CF8), que também se encontram com outras organizações na Rede Economia Feminista (REF) e no Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Esse artigo tem como objetivo discutir temas e questões centrais para a economia feminista, pondo em relevo algumas formas através das quais estas questões aparecem e são elaboradas neste campo do movimento social, para o qual a economia feminista é uma ferramenta e uma proposta política em construção (MMM, 2015a). O artigo se organiza a partir de dois eixos de reflexão. O primeiro se debruça sobre metodologias empregadas nos processos auto-organização e formação feminista para discutir o trabalho, os tempos e a contribuição econômica das mulheres. O segundo eixo tem como foco as lutas feministas de enfrentamento ao neoliberalismo, impulsionadas em aliança com os movimentos sociais mistos.

A economia feminista abrange diferentes perspectivas e correntes. De maneira geral, são identificadas perspectivas analíticas que transitam entre dois polos: desde análises que integram a dimensão de gênero às escolas estabelecidas do pensamento econômico, até perspectivas que exigem rupturas epistemológicas, metodológicas e políticas com essas escolas. Entre tais rupturas, destaca-se o deslocamento do foco do debate

econômico do mercado para a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2014). Nesse sentido, economistas feministas empreendem esforços para a construção de um arcabouço teórico que supere, simultaneamente, o androcentrismo e as dicotomias que operam na restrição da economia às fronteiras do que é monetarizado e tem valor de mercado. Esse esforço teórico demonstra os nexos e as interdependências entre produção e reprodução, avançando ainda para modelos que alterem essa estrutura dicotômica, e expliquem o conjunto do funcionamento econômico a partir dos processos que garantem a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2017). Essa perspectiva, identificada como economia feminista da ruptura (PÉREZ OROZCO, 2014), considera a economia feminista como teoria, ação e prática, afirmando o conhecimento como necessariamente político e social (CALDERÓN E PÉREZ OROZCO, 2018). A economia feminista propõe diálogos e pontes com outras perspectivas críticas, como a economia ecológica (PÉREZ OROZCO, 2014; CARRASCO, 2017). As reflexões aqui apresentadas se inserem nesta perspectiva rupturista, com a especificidade de partir de ações feministas que colocam como horizonte a transformação da economia, no sentido de superação do sistema capitalista, racista e patriarcal (NOBRE, 2015). A partir dos acúmulos dessa construção, pretende-se estabelecer interlocução com o campo da economia feminista em desenvolvimento no Brasil.

É evidente um renovado interesse sobre os estudos feministas no âmbito acadêmico no Brasil, que pode estar relacionado a uma série de fatores, como por exemplo, a expansão dos discursos e mobilizações feministas na sociedade brasileira e a expansão do acesso ao ensino superior, experimentada desde a primeira década dos anos 2000, sobre a qual se verifica uma dinâmica viva de construção do feminismo na universidade (MARCARINI, 2017). Além das estudantes, verifica-se o envolvimento crescente de docentes em questões como o enfrentamento à violência e ao assédio nas universidades (ALMEIDA, 2015). Há mais eventos e congressos, grupos de estudos e núcleos de pesquisas, publicações e revistas temáticas que colocam o feminismo na agenda. Esse processo passa a influenciar, também, a ciência econômica.

Até o momento, entretanto, a produção acadêmica na área da economia feminista é incipiente, conforme demonstram Bohn e Catela (2017) em uma análise quantitativa dos periódicos da área de economia. Felizmente, essa realidade contrasta com o intenso processo de produção de reflexão, conhecimento e luta das mulheres, com metodologias, articulações e práticas, profundamente vinculadas à construção de sujeitos políticos coletivos, posicionados e ativos na conjuntura política.

O debate proposto neste artigo é situado desde o ponto de partida de onde se olha para a economia feminista, os referenciais consultados até os interesses e problemáticas que instigam a autora. As reflexões apresentadas articulam a recuperação de acúmulos históricos, processos em curso e em pleno desenvolvimento, e questões sobre os porvires do feminismo em geral, e da economia feminista em particular.

As primeiras publicações sobre economia feminista, nos *Cadernos Sempreviva* da SOF Sempreviva Organização Feminista², datam do início dos anos 2000³. Nelas se encontram traduções de textos de economistas feministas estrangeiras e também elaborações de mulheres brasileiras participantes dos processos de reflexão, impulsionados por essa entidade na conformação da Rede Economia e Feminismo (REF)⁴. Algumas organizações e militantes participantes desta Rede também se encontram em outros processos de articulação, especialmente nas lutas impulsionadas

² A SOF é uma organização não governamental sediada em São Paulo, cuja intervenção, desde 1963, articula ações de formação e articulação no movimento de mulheres e nos movimentos sociais. Atualmente a SOF é a secretaria executiva da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Informações disponíveis no site da entidade: www.sof.org.br (acesso em 3 de setembro de 2018).

³ A saber, “Economia Feminista” publicado em 2002, e “A produção do viver”, publicado em 2003, com textos de Cristina Carrasco, Emma Siliprandi, Martha Rosemberg, Miriam Nobre, Gustavo Codas, Diana Strassmann, Julie Matthaei, Harriet Friedmann. Ambos organizados por Nalu Faria e Miriam Nobre.

⁴ A Rede Economia e Feminismo se constituiu em 2001, e conformou o referente nacional da Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE). Entre as organizações que convergiram na REF estão a SOF, o Centro Feminista 8 de Março, o CTA-Zona da Mata, a Casa da Mulher do Nordeste, o PACS. Estas organizações já empreenderam esforços importantes de sistematização de suas experiências de formação e práticas em torno da economia feminista, articuladas com a economia solidária e a agroecologia.

pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁵, e no GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁶. Este campo do movimento social é o referencial das discussões apresentadas nesse artigo. Sua escolha é justificada pela relevância – qualitativa e quantitativa – das produções de materiais diversos sobre a economia feminista, do referencial explícito a essa ferramenta teórica e da possibilidade de revelar e explicitar as ligações entre experiências, estratégias e acúmulos de diferentes organizações em torno de processos coletivos e alianças⁷ (MORENO, 2013).

Publicações como livros, cartilhas e jornais, além de relatórios e relatos de experiência, compõem as referências bibliográficas utilizadas neste artigo, apresentadas em diálogo com referenciais da economia feminista e da teoria feminista nacionais e internacionais.

1. METODOLOGIAS FEMINISTAS E AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMO ESTRATÉGIA

A partir de três dinâmicas e instrumentos desenvolvidos em processos de formação com mulheres, as metodologias feministas serão discutidas a seguir com o objetivo de refletir sobre como os conceitos são trabalhados, apropriados e significados pelas mulheres em suas práticas políticas e econômicas, no processo de construção de consciência individual e de um sujeito coletivo. As dinâmicas e instrumentos selecionados (a saber, dinâmica do relógio, dos tempos e caderneta agroecológica) nos

⁵ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional. No Brasil está organizado em 20 estados. Entre seus campos de ação está trabalho e autonomia econômica das mulheres. Informações disponíveis em: www.marchamundialdasmulheres.org.br (Acesso em 3 de setembro de 2018).

⁶ O GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criado em 2004, e se constituiu como um espaço de auto-organização das mulheres. Atua para impulsionar a perspectiva de gênero nos espaços do movimento agroecológico e na formulação de políticas públicas. www.agroecologia.org.br (acesso em 3 de setembro de 2018).

⁷ Por exemplo, essas organizações desenvolvem ações em aliança com as mulheres dos movimentos da Via Campesina, a Marcha das Margaridas, ou em processos de articulação com os movimentos sociais mistos, como a Frente Brasil Popular e a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo.

colocam em diálogo com os caminhos percorridos pela teoria feminista nos debates sobre divisão sexual do trabalho e economia feminista.

Na trajetória da economia feminista, há um conjunto de variáveis explicativas, metodologias e propostas de indicadores não androcêntricos que procuram mensurar diferentes dimensões das condições de vida, e também os que pretendem dar visibilidade à contribuição econômica do conjunto do trabalho necessário para a produção do viver, particularmente o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (MELO *et al.*, 2007). Há, ainda, todo um caminho de reflexões em torno dos tempos, envolvendo desde metodologias para medir os usos do tempo até propostas para apreender os significados e sentidos dos tempos vividos em termos qualitativos (CARRASCO, 2009; CARRASCO, 2014).

Entre países e instituições, diferentes referenciais teóricos orientam as metodologias, os instrumentos e indicadores adotados, que por sua vez terão diferentes impactos na avaliação da realidade e na formulação de políticas públicas (TEIXEIRA, 2012). Da mesma forma, nos processos de formação com mulheres, o referencial teórico, a concepção metodológica e os instrumentos adotados têm uma intencionalidade. Nos exemplos aqui selecionados, os objetivos são a ampliação da autonomia e da consciência feminista, a auto-organização e a mobilização das mulheres, vinculadas às práticas de transformação feminista (SOF, 2013).

Nalu Faria apresenta os elementos constitutivos da metodologia de educação popular com caráter feminista, destacando o sentido político da mesma, que “questiona as relações de poder estabelecidas, propõe novas formas de ver, estar e atuar no mundo, procurando transformá-lo” (FARIA, 2013, p. 22). Nessa concepção metodológica, o ponto de partida é a realidade de cada uma das pessoas participantes das formações, não apenas para visibilizar os problemas de cada uma, e sim para integrar a subjetividade em uma reflexão sobre as relações sociais e as desigualdades sistêmicas. Procura-se romper simultaneamente com a ideia de que a formação teria como foco adquirir mais informações sobre teorias e dados sobre a realidade, e com a falsa dicotomia entre razão e emoção. Segundo essa autora, o sentido das dinâmicas utilizadas nos processos de formação é partir da realidade concreta das participantes, incorporar o

debate e a reflexão coletiva sobre as práticas sociais, e permitir a elaboração e expressão por meio de linguagens diversas.

A formação feminista é subsidiada por uma abordagem conceitual que considera as imbricações entre capitalismo, racismo e patriarcado. A desnaturalização do ‘ser mulher’ e a crítica à organização do trabalho são fundamentais, assim como a perspectiva de atuação para a transformação da realidade (FARIA, 2013). A conceituação da divisão sexual do trabalho adquire centralidade na abordagem utilizada nas experiências e metodologias das organizações aqui analisadas. A divisão sexual do trabalho está no centro da relação de poder que os homens exercem sobre as mulheres, e se define pelos princípios da separação – que estabelece trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e da hierarquização – que atribui maior valor ao trabalho realizado pelos homens (KERGOAT, 2009). A divisão sexual do trabalho é “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599).

As relações sociais de sexo são definidas por Kergoat (2009) como uma relação de poder, antagônica e hierárquica entre grupos sociais – o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres. As relações sociais produzem e reproduzem as práticas sociais. A noção de prática social permite, segundo Kergoat (1996), analisar práticas concretas de grupos e indivíduos, pensar simultaneamente dimensões materiais e simbólicas e, ainda, restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas. Como afirma Souza-Lobo (2011), as práticas sociais são reformuladas constantemente pelas mulheres, como estratégias de sobrevivência, mas também como estratégias de resistência à dominação e à subordinação.

A seguir, são apresentados os três instrumentos metodológicos que, inseridos nessa concepção, dialogam com questões centrais no debate da economia feminista, e permitem refletir sobre as práticas, as “vivências e compreender como se expressam concretamente as desigualdades de classe, gênero e raça” (SOF, 2018, p. 32).

A) DINÂMICA DO RELÓGIO⁸

Nos processos de formação feminista, a *dinâmica do relógio* é utilizada para discutir a divisão sexual do trabalho e as bases materiais da opressão das mulheres. Ela consiste em, a partir de um trabalho em grupos, organizar um dia inteiro de uma mulher e um dia inteiro de um homem. Os relatos das experiências⁹ de execução dessa dinâmica dão conta da complexidade das relações sociais de sexo, e das experiências complexas e diversas das mulheres. Entre os elementos comuns apresentados como resultado da discussão das participantes nos grupos, está a representação gráfica da desigualdade manifesta na sobrecarga de trabalho das mulheres e na responsabilização majoritária das mulheres pelo trabalho doméstico – elas são as primeiras a levantar e as últimas a dormir. Seguindo a estrutura de uma atividade de formação (FARIA, 2013), o aprofundamento do debate articulado pelas facilitadoras utiliza os dados existentes sobre a repartição do trabalho doméstico e de cuidado na realidade brasileira¹⁰, que contribuem para ampliar a reflexão para além das experiências e vivências apresentadas nos grupos. A reflexão permite desnaturalizar o que é visto como responsabilidade e obrigação das mulheres, por serem mulheres. E, muitas vezes, a discussão se complexifica na medida em que aparecem outros aspectos, por exemplo, quando a relação sexual com o marido aparece como uma obrigação do cotidiano das mulheres, ou quando aparecem outras expressões de violência.

Os grupos nos quais essa dinâmica é utilizada são compostos por mulheres da classe trabalhadora, com uma diversidade significativa entre elas, sobretudo no que se refere à raça, idade e renda, mas também orientação sexual e campo/cidade. Isso faz com que a discussão nos

⁸ Essa dinâmica foi apresentada e discutida em SOF, 2018.

⁹ Obtidos a partir de registros e relatórios de atividades, de participação nas mesmas e em reuniões de equipe da SOF.

¹⁰ Por exemplo, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam a quantidade de horas de realização dos afazeres domésticos e, mais recentemente, os dados da PNAD Contínua que qualificam as informações recolhidas por tipo de tarefa realizada no trabalho doméstico e de cuidado.

grupos seja enriquecida e possibilite a reflexão sobre qual o perfil das mulheres de quem se fala, contribuindo assim para aprofundar a discussão sobre a imbricação das relações sociais de classe, sexo e raça. Mas, mesmo com a diversidade e hierarquias entre as mulheres, é constante a percepção sobre a desigualdade entre homens e mulheres na responsabilização e realização do trabalho doméstico. Essa percepção reforça as análises de Hirata e Kergoat (2007), para quem as modalidades da divisão sexual do trabalho variam no tempo e no espaço, mas permanece insuperável a distância entre os grupos sociais sexuados.

A discussão da divisão sexual do trabalho como parte dessa estratégia de formação contribui para ampliar a conscientização feminista das mulheres, para a desnaturalização e a compreensão das experiências individuais como parte das relações sociais. Isso permite compreender que os homens, individual e coletivamente, se beneficiam da divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico e de cuidado realizado gratuitamente pelas mulheres. No mesmo sentido, amplia a compreensão sobre as formas pelas quais o capitalismo enquanto sistema se beneficia e depende da realização cotidiana desse trabalho não remunerado ou mal remunerado, executado pelas mulheres (MMM, 2017b). Mas também, contribui para refletir sobre a importância do trabalho doméstico e de cuidado, que é necessário e beneficia a todas as pessoas, ao longo de toda a vida (SOF, 2014).

B) OS USOS DO TEMPO

Em diálogo com as elaborações da economia feminista sobre os tempos, tendo como referência a discussão proposta por Cristina Carrasco (2009), uma adaptação da *dinâmica do relógio* foi desenvolvida em 2008 pelo Centro Feminista 8 de março (CF8)¹¹ em sua atuação com mulheres rurais, no contexto de assessoria técnica e execução da política pública

¹¹ O Centro Feminista 8 de Março (Cf8) é uma organização não governamental criada em 1991, sediada em Mossoró, Rio Grande do Norte, cujas ações se baseiam no feminismo, organização e formação. Informações disponíveis no site da entidade: www.centrofeminista.com (acesso em 3 de setembro de 2018).

de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)¹². A dinâmica consiste em, a partir de grupos, dividir os tempos do cotidiano entre: tempo para a produção, para o trabalho doméstico e de cuidado, para a participação política, para o cuidado de si e para o ócio.

Na maior parte das vezes, quando os grupos apresentam os resultados de suas discussões, as mulheres concluem que, somando as horas despendidas com cada ‘tipo de tempo’, seria preciso que seus dias durassem mais do que 24 horas para encaixar todas as atividades necessárias, o que revela a sobreposição dos tempos e a simultaneidade dos trabalhos. As necessidades da produção do viver em uma sociedade organizada pelo mercado se assentam sobre o tempo, o trabalho e a energia das mulheres (SOF, 2014). As questões levantadas pelas mulheres articulam as discussões sobre as formas pelas quais a responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidado condiciona a disponibilidade para o trabalho remunerado ou na produção; sobre as determinações do tempo de trabalho para o mercado e os tempos de deslocamento entre as mulheres urbanas; e, na experiência das mulheres rurais, sobre o deslocamento permanente entre os espaços da casa e os quintais (MOURA E MORENO, 2013).

As sistematizações realizadas pelo CF8 (MOURA, 2015; MEDEIROS E MOURA, 2016) apontam elementos significativos para a discussão sobre os tempos de trabalho e sobre os sentidos políticos dessa questão no processo de auto-organização das mulheres. Particularmente, chama a atenção a reflexão das mulheres em torno do conjunto de responsabilidades e os tempos que precisam ser reajustados para a sua participação política. Por exemplo, “quando é dia de atividade de produção e de organização política, elas devem acordar muito mais cedo para realizar as tarefas domésticas e sacrificam o horário de descanso para ir para o espaço público” (MOURA, 2015, p. 58).

Segundo esta autora, as mulheres relatam ter mudado a forma como realizam o trabalho – especialmente no que diz respeito à redução do tempo de trabalho doméstico. Por se tratar de grupos que articulam

¹² De acordo com documento da REF (2014, p. 5) “a política de ATER se concretiza por meio de chamadas públicas que têm sido respondidas por ONGs, cooperativas de técnicas e técnicos e empresas públicas (EMATERs) e privadas”.

a produção e a comercialização na perspectiva da economia solidária, assim como grupos conectados a processos mais amplos de organização política na Marcha Mundial das Mulheres, essa discussão fez com que as mulheres tomassem consciência de como a responsabilidade com o trabalho doméstico e o cuidado interfere no tempo disponível para as outras atividades (MOURA, 2015). Por outro lado, também há uma percepção de que, quando as mulheres atuam mais no mundo público (da comercialização e da participação política), se ampliam as condições para transformar a organização do trabalho doméstico, no sentido de uma redivisão com os outros membros da casa (MEDEIROS E MOURA, 2016). Isso está relacionado com a construção de autonomia econômica e pessoal das mulheres, e nesse caso, profundamente vinculado a um processo coletivo de organização permanente.

As condições para uma redivisão das responsabilidades domésticas não se dão de forma automática e sem conflitos. E, particularmente no meio rural, em que o Estado assume ainda menos a responsabilidade com o cuidado e a educação infantil (FREITAS, 2016), nos processos políticos de construção do movimento social e nos grupos produtivos das mulheres são criadas as condições para a participação umas das outras. O exemplo relatado por Moura (2015) é o da organização para a participação em uma ação internacional da MMM realizada em 2010¹³, quando as mulheres que não iriam participar da atividade em São Paulo se mantiveram a disposição para cuidar dos filhos das que viajaram para a ação. Segundo a autora, o debate e a experiência política em torno da responsabilidade com o cuidado fez com que a questão das creches no meio rural entrasse na agenda de reivindicação destas mulheres para o poder público. Ela ressalta, ainda, que na experiência de refletir sobre o trabalho e a vida a partir dos tempos e das responsabilidades assumidas pelas mulheres, a consequência não tem sido negar esse trabalho, mas pensar e construir estratégias para sua reorganização.

Essa é uma consequência significativa na medida em que há um reconhecimento da importância do trabalho doméstico e de cuidados

¹³ Tratou-se de uma marcha entre as cidades de Campinas e São Paulo, entre 8 e 18 de março de 2010, da qual participaram 3 mil mulheres.

para os processos que garantem a sustentabilidade da vida. Também é uma consequência significativa porque não coloca como perspectiva política o horizonte de que algumas mulheres possam se desvincular do trabalho doméstico e de cuidados delegando para outras, que pelas relações sociais de classe e raça se ocupam deste trabalho em condições precárias e mal remuneradas. Assim, o objetivo da ação política não seria se igualar aos homens que atuam no mundo público como se não tivessem responsabilidades de cuidado com outras pessoas ou com o trabalho doméstico. O horizonte é a construção de outro paradigma de sustentabilidade da vida, com equilíbrio entre produção e reprodução, relações harmoniosas com a natureza, responsabilização dos homens com o trabalho doméstico e de cuidado, equipamentos públicos e coletivos para a socialização deste trabalho, redução da jornada de trabalho, entre outros (SOF, 2014; MMM, 2015a).

C) CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

Um objetivo da economia feminista e dos estudos feministas sobre o trabalho é ampliar o que se considera trabalho, e o que se considera economia. Ou seja, trabalho não se reduz ao emprego ou ao que se realiza no mercado, mas envolve o conjunto de tarefas que garantem a produção do viver (HIRATA e ZARIFIAN, 2003). Da mesma forma, economia vai além do que é monetário e circula no mercado.

Muitas pesquisas feministas já revelaram os vínculos entre reprodução e produção, explicitando as diferentes lógicas que estruturam essas esferas, e questionando a hierarquia entre elas. Antonella Picchio (2012) contribui para uma abordagem sistêmica, ao demonstrar a relação dinâmica entre o trabalho de reprodução das pessoas e o processo de produção de mercadorias, com a proposição de um circuito ampliado do trabalho e da renda, no qual evidencia as funções qualitativas e quantitativas do trabalho doméstico e de cuidado para o bem-estar e para o funcionamento do sistema econômico.

Perseguindo o desafio de ampliar o que se considera econômico, e na perspectiva de garantir o reconhecimento das mulheres rurais como

agricultoras, ampliar seu acesso às políticas públicas e fortalecer sua autonomia, as *cadernetas agroecológicas* foram desenvolvidas a partir do GT Mulheres da ANA, e são utilizadas por diferentes organizações integrantes deste grupo¹⁴. A experiência consiste em organizar um processo no qual as mulheres anotam o destino de tudo que foi produzido por elas – venda, autoconsumo, trocas ou doações. O resultado revela a quantidade de trabalho realizado e sua contribuição significativa para o sustento da casa. Dá visibilidade, ainda, para outras lógicas que movem a economia real, outras racionalidades para além do dinheiro e do lucro, como a solidariedade e a reciprocidade. Revelam uma diversidade de formas de fazer economia que desafia enquadramentos pré-estabelecidos. As falas das mulheres que utilizam a caderneta agroecológica registram mudanças na visão sobre ‘dependência’ e fortalecem a autoestima (SOF, 2018). Há relatos em que as mulheres conseguiram acessar direitos e políticas públicas a partir destas anotações.

As experiências aqui relatadas e os instrumentos mobilizados no processo de formação feminista e organização coletiva não se encerram em si. Eles fazem parte de um processo de construção que leva tempo, envolve reflexões coletivas em âmbito local e nos espaços de articulação e intercâmbio, sobre questões e entraves encontrados. Mais do que receitas prontas, fazem parte dos processos de auto-organização das mulheres no movimento social, e seu sentido político está justamente aí, na articulação de questões e reivindicações desde o âmbito individual-local-comunitário, até as políticas públicas, práticas de transformação da economia e de enfrentamento com as expressões mais violentas das desigualdades.

Esses processos de auto-organização das mulheres e formação de grupos se inserem na construção do movimento feminista, da economia solidária e da agroecologia. As práticas de auto-organização e as metodologias feministas de construção delineiam as estratégias e caminhos percorridos. Na medida em que se fortalecem, tais processos dão visibilidade para outras lógicas que existem mesmo à revelia e com a violência do capitalismo, e que ampliam as possibilidades de autonomia

¹⁴ Para sistematizações de experiências de utilização da caderneta agroecológica, ver Almeida et al., 2015 e SOF, 2018.

das mulheres, em uma “economia política da resistência” (NOBRE, 2015, p. 9). Porém, também se deparam com os limites, as contradições e a violência do capitalismo racista e patriarcal (MMM, 2017b), que serão abordadas a seguir.

2. AÇÕES E ARGUMENTOS DAS MULHERES EM MOVIMENTO CONTRA O NEOLIBERALISMO

O enfrentamento ao neoliberalismo é o fio condutor dos argumentos e lutas apresentados a seguir, a partir das ações da Marcha Mundial das Mulheres. Para esse movimento social, o capitalismo é racista e patriarcal, e se reestrutura permanentemente usando os mesmos mecanismos violentos que estavam em sua origem: a exploração do trabalho, a apropriação privada das terras e da natureza, o controle sobre o corpo das mulheres, a violência e o poder militar (MMM, 2015a). A reflexão será apresentada a partir de três conjuntos de ações. O primeiro está relacionado com o processo de resistência recente – e em curso – das mulheres ao golpe no Brasil. Particularmente, destacam-se as ações contra a reforma da previdência e trabalhista, que estiveram no centro da agenda de um conjunto de movimentos sociais e feministas (MMM, 2017a). O segundo exemplo parte das resistências das mulheres nos territórios e lança luz para as elaborações sobre a defesa simultânea e articulada do corpo, trabalho e território, que marca a crítica feminista ao modelo de desenvolvimento e à economia verde (MMM, 2012). E, vinculado a este, o terceiro coloca ênfase nas ações de enfrentamento ao poder das empresas transnacionais (MMM, 2017b).

As ações se inserem em uma estratégia que combina a auto-organização das mulheres e a aliança com os movimentos sociais mistos. Essa última dimensão tem particular relevância no sentido de ampliar o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, e da perspectiva feminista como integral da visão que orienta processos de aliança e luta dos movimentos sociais. Se insere, ainda, em uma trajetória política e teórica que busca romper com a hierarquização das lutas e, ao mesmo

tempo, questiona uma simples somatória de reivindicações justapostas de diferentes setores (REMTE, 2015; MORENO, 2018).

A) RESISTÊNCIAS DAS MULHERES ÀS POLÍTICAS DE AJUSTE

A crítica feminista às políticas de ajuste é conhecida na literatura da economia feminista, desde os debates na América Latina hegemônica pelo Consenso de Washington até os realizados nos últimos 10 anos na Europa (MUÑOZ, 2014; REMTE, 2015). Entre os acúmulos da perspectiva rupturista, destaca-se a compreensão de que as mulheres não são simplesmente impactadas pelos efeitos do neoliberalismo, e sim, que as políticas de ajuste se sustentam sobre o trabalho das mulheres (PÉREZ OROZCO, 2017; MORENO, 2018). Para Muñoz e Rodríguez-Modroño (2016), a intensificação da exploração do trabalho das mulheres com o aumento do trabalho precário caminha junto com a intensificação do trabalho de cuidado, que garante as condições de vida frente aos cortes nas políticas públicas. O tempo e o trabalho das mulheres continuam sendo utilizados como variável de ajuste, como um colchão que amortece os impactos da violência do sistema sobre os corpos e as vidas da maioria das pessoas (FARIA *et al.*, 2016). Assim, a acumulação capitalista em geral, e as políticas de ajuste em particular, são subsidiadas pelo trabalho não remunerado ou mal remunerado das mulheres (LEON, 2015).

Olhar para a realidade do trabalho em que a exploração e as violações se apresentam de formas agudas (como entre as imigrantes que trabalham em oficinas de confecção, as trabalhadoras domésticas e diaristas, assim como as trabalhadoras das empresas terceirizadas de limpeza, ou as vendedoras de cosméticos que não são consideradas trabalhadoras de grandes empresas, as que estão na informalidade, e a lista poderia ir além¹⁵) nos permite vislumbrar onde as mudanças impulsionadas pelo neoliberalismo pretendem nos levar, ou seja, a generalização da precariedade (PÉREZ OROZCO, 2014; FARIA E MORENO, 2017). Nesse sentido, a reforma trabalhista, aprovada em 2017, amplia o controle

¹⁵ Para estudos que se debruçam sobre as condições de trabalho nesses setores, ver ABÍLIO (2014); ARAÚJO (2016); FREITAS (2016); GUIMARAES E HIRATA (2014).

do capital sobre o trabalho, ao retirar direitos, alterar e individualizar as relações de trabalho (TEIXEIRA, 2017).

Sistematicamente as políticas de ajuste repetem as receitas de redução dos custos do trabalho e dos gastos públicos. Isso favorece ainda mais a apropriação privada da renda e a concentração da riqueza, ao passo que a maioria da população tem que solucionar de forma individual e privatizada o sustento cotidiano da vida. Por privatizado, aqui, se compreende tanto a responsabilização na esfera privada – das famílias e nelas, das mulheres – como a necessidade de acessar cada vez mais no mercado o que deveria ser direito garantido – como saúde, educação, água e energia (MMM, 2017b).

A resistência feminista às políticas de ajuste aceleradas pelo golpe no Brasil evidencia os processos e estratégias articuladas para colocar a disputa da economia na agenda do feminismo. A autonomia econômica das mulheres é definida pela Marcha Mundial das Mulheres, como “a capacidade das mulheres serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo” (MMM, 2010, s.p.). A autonomia econômica é uma das dimensões da capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas próprias vidas, que se soma a outras dimensões, como aquelas relacionadas com o corpo, a sexualidade e a participação política. Esta visão vai além da noção de autonomia como uma conquista apenas individual, a partir de determinada inserção no mercado de trabalho ou do acesso à renda. “Autonomia econômica é mais que autonomia financeira e também inclui o acesso à previdência e aos serviços públicos” (MMM, 2010, n.p.). Por isso, nas reivindicações deste movimento em torno da autonomia econômica, encontram-se demandas como reforma agrária e valorização do salário mínimo, projetando um debate geral sobre a economia e a justiça redistributiva.

A convergência política dos movimentos feministas, com peso expressivo das mulheres rurais e trabalhadoras urbanas, foi capaz de pautar com centralidade o enfrentamento à reforma da previdência no 8 de março de 2017, com manifestações massivas em torno da palavra de ordem “Aposentadoria fica, Temer sai” (MMM, 2017a, p.1). Isso contribuiu para afirmar o caráter político e reivindicativo do 8 de março como dia de luta

das mulheres, articulando as reivindicações contra a reforma da previdência à luta pela legalização do aborto e contra a violência sexista, eixos centrais no momento político brasileiro, em que uma reação patriarcal é parte da ofensiva neoliberal (FARIA *et al.*, 2016).

A capacidade de mobilização expressada em todo o país contribuiu para o reconhecimento da força política das mulheres organizadas na resistência ao golpe, e da legitimidade de suas reivindicações, especialmente para o campo da esquerda, articulado na Frente Brasil Popular ou na Frente Povo Sem Medo¹⁶. O enfrentamento feminista à proposta da reforma da previdência não começou e nem terminou no 8 de março de 2017. As estratégias articuladas envolveram a produção de materiais de formação massivos, audiovisuais e impressos, sua distribuição em todo o país em ações de formação e panfletagens e diálogos com a população¹⁷. A participação ativa nos dias de greve e nas manifestações unitárias, além da radicalidade das ações diretas, como as ocupações dos prédios do INSS em diferentes estados, marcaram a luta das mulheres contra a reforma da previdência¹⁸.

Os argumentos mobilizados pelas mulheres nesta resistência, apresentados por Teixeira (2017), estão profundamente relacionados com a economia feminista. Em primeiro lugar, evidenciam a disputa em torno de quem/como se deve lidar com as decisões sobre a economia. Além dos números e dados, e do questionamento aos argumentos de ‘especialistas’ que defendem essa reforma da previdência, as ações feministas mobilizam a defesa da justiça social e o questionamento à divisão sexual do trabalho.

¹⁶ Criadas no segundo semestre de 2015, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo têm como objetivo a organização de ações de resistência à crise política e ao golpe, a partir de ações unitárias de esquerda. Cada uma das Frentes reúne diversas organizações, movimentos sociais e partidos políticos, com capacidade de convocatória de importantes mobilizações nos últimos anos. Informações disponíveis em www.frentebrasilpopular.org.br (acesso em 3 de setembro de 2018)

¹⁷ O “aposentômetro”, ferramenta desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi muito utilizado nas ações das mulheres de diálogo com a população. Disponível em <http://aposentometro.org.br/> (acesso em 3 de setembro de 2018)

¹⁸ Ver, por exemplo, <http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/> (acesso em 3 de setembro de 2018).

Politizam, especialmente, o fato de que “é justo que as mulheres se aposentem antes” (MMM, 2017a, p.3), em virtude da sobrecarga de trabalho decorrente da divisão sexual do trabalho e da apropriação coletiva da sociedade dos tempos de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres¹⁹. Colocam na agenda as diferentes trajetórias das mulheres no mercado de trabalho, explicitam as desigualdades de gênero e raça, que fazem com que as mulheres se aposentem mais por idade no Brasil²⁰. E, sobretudo, colocam em questão o fato de que, se há um reconhecimento de que o país passa por uma transição demográfica e a população está envelhecendo, há – por outro lado – uma negação da discussão política sobre quem cuida/e quem vai cuidar cada vez mais das pessoas idosas, e em quais situações. Assim, a partir do enfrentamento à reforma da previdência se abre espaço político para a discussão sobre o cuidado e a sustentabilidade da vida (MMM, 2017a; TEIXEIRA, 2017).

Por outro lado, defensores das políticas de ajuste utilizam discursos androcêntricos, que reduzem a economia a fórmulas e números ocultando os trabalhos e invisibilizando as pessoas. Assim, em nome da ‘retomada do crescimento’, da ‘confiança do mercado’, do lucro das empresas, as políticas neoliberais favorecem a (re)concentração de riqueza e distribuem os riscos e a pobreza para a maioria da população. Conforme Barreto, Carrau e Paradis (2017), no neoliberalismo se amplia a lógica gerencial no Estado, com o argumento de seguir estratégias e procedimentos pretensamente puros, racionais e imparciais, reduzindo as práticas de governos à lógica empresarial, supostamente eficiente, frente a disputa de recursos – supostamente finitos. Mas por trás dos recursos supostamente finitos, é preciso destacar o que insistentemente se oculta: no neoliberalismo existe uma disputa permanente de recursos, onde os setores financeiros disputam as taxas de juros e se beneficiam do endividamento das pessoas e dos países; o setor do agronegócio e do extrativismo disputa os territórios acaparando a terra e expulsando os povos; o setor farmacêutico, do

¹⁹ Em média, a jornada total de trabalho das mulheres supera em 7,5 horas a dos homens. (IPEA, 2017).

²⁰ De acordo com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2015, apresentados por Teixeira (2017), 66% das mulheres urbanas se aposentam por idade.

entretenimento e das tecnologias disputam o conhecimento impondo as patentes e as lógicas proprietárias frente aos comuns; a indústria da guerra e da ‘segurança’ disputa recursos do Estado impondo políticas racistas de repressão, encarceramento, controle dos territórios e das fronteiras, e assim por diante (FEDERICI, 2014; MMM, 2017b).

B) TRABALHO-CORPO-TERRITÓRIO

A precarização do trabalho não está separada dos processos de precarização e controle da vida. Conforme aponta Rita Segato (2016), a violência e o controle militarizado dos territórios vitais contribuem para isolar as pessoas, destruir laços e sobrecarregar mais, individualmente, as mulheres pela sobrevivência das pessoas próximas. Essas expressões do neoliberalismo na vida cotidiana revelam e reforçam a imbricação das relações de gênero, raça e classe que estruturam o tecido social.

A defesa dos territórios contribui para a reflexão sobre a economia feminista porque conecta as mulheres em luta de diferentes lugares da América Latina e elabora, na prática política, as conexões entre o feminismo e as dimensões ecológicas e críticas à acumulação capitalista. A defesa dos territórios compreende “os nossos corpos, o lugar onde vivemos, trabalhamos e desenvolvemos nossas lutas, nossas relações comunitárias e nossa história” (MMM, 2015b, p.1). Muitos são os exemplos de luta que podem referenciar os argumentos sistematizados a seguir, como a resistência das mulheres ao perímetro irrigado em Apodi (RN)²¹, e as resistências frente a quase todos os grandes projetos que chegam para se instalar nos territórios ocupados pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas²².

A economia feminista demonstra que os seres humanos não são totalmente independentes, que este é um mito que esconde a enorme

²¹ Trata-se de um projeto de perímetro irrigado que pretendia desalojar 150 famílias que vivem em assentamentos agroecológicos para beneficiar a fruticultura de exportação.

²² Há resistência das mulheres à mineração e aos projetos extrativos, como as protagonizadas pelo Movimento de Atingidos pela Mineração (MAM), aos projetos de construção de barragens como tem sido sistematizado pelo Movimentos de Atingidos por Barragens (MAB), entre outros.

quantidade de trabalho e cuidado que todas as pessoas necessitam ao longo de toda a sua vida. Somos ao mesmo tempo interdependentes como pessoas e sociedade, e ecodependentes na relação com a natureza (HERRERO, 2014). Os tempos e a energia que as mulheres despendem em todas as tarefas necessárias para cuidar das pessoas e garantir a sustentabilidade da vida são invisibilizados e considerados elásticos, uma ‘variável de ajuste’ para garantir o funcionamento das engrenagens dos sistemas (MMM, 2017b). Por sua vez, os tempos e a energia necessários para a regeneração da natureza são ocultados, ou tratados como impedimentos a serem superados para que o capitalismo funcione em seu ritmo acelerado de mercantilização e financeirização da natureza (MMM, 2012). Os instrumentos da chamada ‘economia verde’, que nada mais é do que o capitalismo com uma maquiagem de ‘responsabilidade ambiental’, envolvem parcerias entre poder público, ONGs e grandes empresas transnacionais e, em nome de preservar a natureza, impedem os meios de vida dos povos tradicionais, por meio da criminalização e da expulsão de seus territórios (SOF, 2018).

A presença das grandes empresas de mineração e do agronegócio nos territórios resulta na perda das terras para produção de alimentos e geração de renda, e na disputa pelos comuns como a água e a biodiversidade. As mulheres enfrentam mais dificuldades para garantir a produção cotidiana do viver e a sustentabilidade da vida, assim como o aumento da violência e a exploração sexual (FARIA *et al.*, 2014). A resistência feminista denuncia as formas pelas quais o corpo das mulheres é utilizado para amortecer os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território. “É como se as mulheres estivessem disponíveis para o sistema, que não se apropria somente do produto de seu trabalho remunerado e não remunerado, mas também da própria origem da sua capacidade de trabalho, ou seja, dos seus corpos” (FARIA *et al.*, 2014, p.37).

No mesmo sentido, não são atacadas apenas as terras, mas o modo de produção e a vida das comunidades, baseados na agroecologia, na agricultura familiar e camponesa, que ao mesmo tempo alimentam a população, desafiam a lógica de contaminação do agronegócio e afirmam na

prática as alternativas ao modelo dominante²³. As resistências das mulheres nos territórios explicitam o conflito entre o processo de acumulação permanente do capital e os processos que garantem a sustentabilidade da vida (PÉREZ OROZCO, 2014).

C) ENFRENTAMENTO AO PODER DAS TRANSNACIONAIS

No dia 24 de abril de 2013, em Bangladesh, 1.134 pessoas que trabalhavam em oficinas terceirizadas para grandes empresas como *Benetton*, *Gap* e *Walmart* morreram com a queda do edifício Rana Plaza, onde se localizavam as oficinas de costura. Desde então, este é um dia de ação e solidariedade feminista que conecta militantes da Marcha Mundial das Mulheres em todo o mundo na luta contra o poder e a impunidade das empresas transnacionais. No Brasil, as ações nesse dia têm articulado o enfrentamento às empresas com a resistência aos retrocessos nas condições de trabalho. Empresas como as do grupo *Riachuelo*, *Marisa* e *Walmart* são alguns dos alvos de denúncias em ações recentes²⁴. As mulheres de outros movimentos sociais, como os que integram a Via Campesina, também realizam ações de enfrentamento às empresas como estratégia de luta contra o agronegócio, como por exemplo contra a *Araçuaçu*, em 2006, e mais recente, em 2018, contra a *Nestlé*, entre outras. Colocar rosto e dar nome aos agentes do mercado é uma estratégia que contribui para desnaturalizar o controle e domínio que as empresas têm sobre a vida em seu conjunto, além de visibilizar que seu lucro é garantido pela exploração desenfreada do trabalho e da natureza.

A atuação das empresas sob a premissa do ‘livre mercado’ reforça as desigualdades que estruturam as relações sociais – o colonialismo, o patriarcado e o racismo que permanentemente se retroalimentam

²³ Ver por exemplo a Carta Política de Varzelândia <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-politica-de-varzelandia-iv-acao-internacional-da-mmm/> e <https://www.brasilefato.com.br/node/11395/> (acesso em 3 de setembro de 2018).

²⁴ Um relato das ações de 2018 pode ser encontrado em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/2404-marcha-mundial-das-mulheres-denuncia-trabalho-precario-por-todo-o-brasil/> e <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-mundial-das-mulheres-faz-ato-na-riachuelo-contra-precarioizacao> (acesso em 3 de setembro de 2018).

(BARRETO *et al*, 2017). O trabalho sem direitos e as jornadas super-extensas são realidades das pontas das cadeias globais de valor, capitaneadas pelas empresas que deslocam sua produção para onde seja mais vantajoso explorar o trabalho, onde não pagam impostos e onde operam com mais facilidade a corrupção e colocam o Estado a seu favor (SILVEIRA, 2007). Além disso, as empresas transnacionais, que violam os direitos e chegam a ser responsáveis pela morte de seus trabalhadores, se negam a assumir compromissos e responsabilidades, mantendo uma dinâmica de impunidade (FERNANDEZ, 2018). Para minimizar os efeitos negativos desse tipo de situação sobre sua imagem, organizam ações de ‘responsabilidade social empresarial’, nas quais, cada vez mais, há uma incorporação fragmentada e despolitizada de enunciados identificados como feministas.

Algumas reflexões sobre essa dimensão se fazem necessárias, considerando os desafios atuais enfrentados pelo feminismo. Há uma série de maneiras pelas quais se pode perceber a instrumentalização de ideias feministas, que demandam mais análises e aprofundamentos, os quais escapam do escopo deste artigo. Uma delas, evidente, é pelas propagandas e pelos próprios produtos, como no caso da *H&M*, uma das grandes transnacionais da indústria têxtil que vende em todo o mundo camisetas para mulheres com os dizeres ‘feminista’, ou ‘feminismo é a ideia radical que as mulheres são gente’²⁵. Outro, é o financiamento de projetos em âmbito local, que mobilizam mulheres a partir dos discursos de ‘empoderamento’ e que colocam o foco em questões caras para a vida das mulheres, como as relacionadas à saúde (PRUGL, 2015)²⁶.

Dessa forma, o feminismo é transfigurado e incorporado nas engrenagens dos negócios capitalistas. Mesmo quando estas estratégias corporativas abordam temas como violência, ou incentivam o

²⁵ Ver por exemplo o artigo *H&M Kills Feminism* de abril de 2016 no Blog Alice in Wonderland: <https://alicegreschkow.com/2016/04/25/hm-kills-feminism/> (acesso em 3 de setembro de 2018)

²⁶ Entre os exemplos está a Avon, cujo foco dos programas de responsabilidade social é em iniciativas sobre a prevenção do câncer de mama e de violência doméstica (<https://www.avon.com.br/aavon/responsabilidade-social>) e a *Coca-Cola*, com programas para ‘capacitar’ as mulheres ‘empreendedoras’ para que se integrem a sua cadeia produtiva (<https://www.cocacolaportugal.pt/historias/5by20-europa>) Acesso em 3 de setembro de 2018.

‘empoderamento’ das mulheres, isso se realiza em base a comportamentos individuais, no incentivo à ideia de que as mulheres podem fazer tudo o que querem, desde que mantenham intactas as estruturas que garantem a acumulação capitalista em geral, e os lucros dessas empresas em particular. Ora, se um estudo desde a perspectiva da economia feminista com a qual esse texto dialoga fosse realizado em cada uma dessas empresas, seguramente teríamos mais evidências sobre os problemas já denunciados pelos movimentos sociais, por exemplo, a exploração do trabalho feminino por meio da terceirização e no trabalho precário realizado pelas mulheres na condição de trabalhadoras por conta própria ou no trabalho a domicílio. E também, do controle dos territórios e da água, da criação de novas necessidades e imposições sobre o corpo e a beleza das mulheres, mesmo se consideramos as diferentes identidades e a diversidade entre as mulheres (MMM, 2017b).

Uma última questão, vinculada às anteriores, se refere à profusão de ‘consultorias feministas’, especializadas em garantir o ‘compromisso’ das empresas com as mulheres²⁷. As semelhanças com processos anteriores vividos pelo feminismo não é mera coincidência. Na fase chamada por Sonia Alvarez (2014, p.23) de “neoliberalismo multicultural com ‘face humana’”, os Estados e agências internacionais incorporaram organizações feministas profissionalizadas para integrar a dimensão de gênero em seus programas. De acordo com Alvarez (2014), em muitos países da América Latina estes setores se tornaram hegemônicos no feminismo. No atual momento de ataques às políticas públicas e onde, como vimos, o Estado está sendo colocado mais a serviço das empresas transnacionais do que da garantia de direitos, não é apenas o Estado, mas sobretudo as empresas que incorporam ‘especialistas’ em questões de gênero ou feminismo, seja para elaborar estudos de impactos diferenciados de suas ações, seja para desenhar estratégias de *marketing*. E ainda, se uma perspectiva liberal do feminismo se contentava em incluir as mulheres em legislações que anunciam – mas não implementam – uma igualdade de direitos e oportunidades (FARIA, 2005), hoje nos deparamos com um feminismo

²⁷ Ver por exemplo <http://report.thinkeva.com.br/feminismo-compromisso-inegociavel/> (acesso em 3 de setembro de 2018).

(neo)liberal que atua e aplaude cada vez que uma propaganda incorpora uma diversidade de mulheres ou fala de empoderamento. É reforçada, assim, uma perspectiva de ‘carreira solo’, cujo objetivo é alcançar o topo sem necessariamente romper com as hierarquias, nem mudar as estruturas e práticas de poder. Não é demais ressaltar que isso se dá em um momento de crescente negação da política enquanto prática coletiva, de criminalização das lutas sociais, desqualificação e perseguição dos movimentos sindicais. Portanto, a negação do próprio caráter do feminismo enquanto movimento social, e o foco em mudanças e comportamentos individuais tem como consequências o esvaziamento de seu sentido político de transformação social.

Esses são alguns dos elementos que demonstram o sentido político – e também os desafios – do enfrentamento ao poder das empresas transnacionais, que têm sido parte de ações feministas em aliança com os movimentos sociais mistos, como a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo²⁸. Soma-se a esse eixo de luta o enfrentamento aos acordos de livre comércio e de investimentos que, atualmente, pretendem delinear o futuro que as empresas transnacionais querem organizar (FERNANDEZ, 2018). Mais do que simples normas e regulações comerciais, esses acordos são estratégias de dominação (MMM, 2017b). A nova geração de acordos propostos explicita os interesses empresariais em torno dos serviços, como saúde, comunicação, educação e são caracterizados pela total falta de transparência e democracia em suas negociações (BARRETO *et al.*, 2017).

No início dos anos 2000, a luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) foi fundamental para o campo da Marcha Mundial das Mulheres incorporar a economia feminista como uma ferramenta. Os debates, as divergências entre os diferentes setores do feminismo e, por fim, os consensos produzidos em todo do rechaço ao livre comércio já foram sistematizados e servem de referência para as

²⁸ Trata-se de um processo de articulação envolvendo organizações do movimento social e sindical, como a Confederação Sindical das Américas (CSA), a CLOC-Via Campesina, Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), Movimentos da ALBA, entre outros. Informações disponíveis em www.seguimosenlucha.wordpress.com (acesso em 3 de setembro de 2018)

discussões atuais (REMTE, 2015; PÉREZ OROZCO, 2017). Daqueles processos de luta para os de agora, uma aprendizagem fundamental foi revelar as armadilhas contidas em propostas que pretendem reduzir os impactos do sistema sobre a vida das mulheres, por todos os argumentos apresentados anteriormente sobre as imbricações do capitalismo, racista e patriarcal. Mas também, o aprendizado de que as lutas e as práticas de construção das mulheres rechaçam concretamente a visão de que não haveria alternativas ao neoliberalismo. Elas não apenas existem como estão em permanente construção, quando as mulheres organizadas e em luta “expandem as fronteiras do possível, enfrentam as contradições, constroem condições para transformar concretamente suas vidas, ao mesmo tempo que enfrentam a violência do capital, e indicam caminhos de mudança do modelo” (MMM, 2016, p.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências políticas e econômicas impulsionadas pelas mulheres em resistência desde os territórios enfrentam o capitalismo afirmando a centralidade da sustentabilidade da vida. Dizer ‘não’ é fundamental, porque assim abrem-se possibilidades e desafios de criação (MMM, 2016). A construção cotidiana de auto-organização, a solidariedade e práticas de reciprocidade, a agroecologia e a economia solidária, são estratégias que afirmam e constroem sujeitos coletivos em luta, para transformar as condições de vida, ampliar/conquistar a autonomia das mulheres sobre o corpo, a sexualidade e uma vida livre de violência racista e patriarcal. Transformar a economia e a organização do trabalho é fundamental nessa estratégia.

Os instrumentos de formação feminista e os argumentos das lutas apresentados ao longo deste artigo são alinhavados pela exigência do feminismo como um movimento social posicionado e ativo na conjuntura. Os elementos reunidos neste artigo lançaram luz para um intenso processo de formação, elaboração e mobilização no qual a economia feminista é uma ferramenta e uma construção. Como foi apresentado, as ações produzem reflexão e elaboração situadas, articulando diferentes

dimensões da vida das mulheres. Essas experiências colocam questões para o diálogo, aprofundamento ou questionamentos. Trata-se de uma trajetória rica, com acúmulos e questões incontornáveis para o desenvolvimento da economia feminista de perspectiva rupturista no Brasil, tanto dentro como fora dos espaços acadêmicos. Indica, inclusive, a necessidade e a possibilidade de superar dicotomias e tensões entre estes espaços, romper com as hierarquias entre os saberes e os sujeitos, legitimar o pensar-falar-agir dessa economia feminista que é popular, rural e militante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALMEIDA, Angelica; FEITAL, Auxiliadora; LOPES, Luanda; NETO, Antonio; TELLES, Liliam. Cadernetas agroecológicas: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. *Revista Agriculturas*. Rio de Janeiro, v.12, n.4, dezembro 2015.
- ALMEIDA, Heloisa. Mulher e antropóloga: gênero e trajetórias acadêmicas em debate. *Primeiros Estudos*. São Paulo, n.7, p. 99-116, 2015. Entrevista concedida a Barbara Soares, Felipe Braga e Felipe Pinto
- ALVAREZ, Sonia. Neoliberalismos e as trajetórias do feminismo latino-americano. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014.
- ARAÚJO, Ângela. Precarização e informalidade. *Coletiva*. Recife, n.19, maio-agosto 2016.
- BARRETO, Viviana; CARRAU, Natália; PARADIS, Clarisse. A resistência feminista contra o livre comércio e a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e território. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs). *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida: nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.

- BOHN, Liana; CATELA, Eva. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015. *XX Encontro de Economia da Região Sul, 2017*, Porto Alegre. Anais do XX Encontro de Economia da Região Sul, 2017.
- CALDERON, Astrid; PÉREZ OROZCO, Amaia. Economía feminista: viva, abierta y subversiva. *Economía feminista: visibilizar lo invisible. Dossieres EsF*, Madrid, n.29, p.6-10, primavera 2018.
- CARRASCO, Cristina. Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*. n.108, 2009.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, Cristina (Org). *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La oveja roja, 2014.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción. *Ekonomiaz: Revista vasca de economía*, n. 91, p.52-77, 2017.
- FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo. Cadernos Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2005.
- FARIA, Nalu. La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal. In: SOF. *En busca de la igualdad: textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2013.
- FARIA, Nalu; MARCELINO, Maria Fernanda; MORENO, Renata. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. São Paulo: SOF, 2014.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs). *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.

- FARIA, Nalu; MORENO, Renata; VITÓRIA, Carla. *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates sobre trabalho, corpo e conservadorismo*. São Paulo: SOF, 2016.
- FEDERICI, Silva. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. IN: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014
- FERNANDEZ, Gonzalo. Claves para interpretar la nueva oleada de tratados y acuerdos de comercio e inversión. *Tratados comerciales, ofensivas contra nuestras vidas. Pueblos Revista de Información y Debate*, Bilbao, n.76, janeiro-abril 2018.
- FREITAS, Taís. *A quem serve a disponibilidade das mulheres? Relações entre gênero, trabalho e família*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, Unicamp, 2016.
- FREITAS, Taís. *Relatório: Educação Infantil no meio rural*. São Paulo: SOF, 2016.
- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. Domestic Employment and Care Work in a comparative perspective. *Social policies, work and gender: new forms of social work*. XVIII ISA World Congress of Sociology. Yokohama, Julho 2014.
- HERRERO, Yayo. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: CARRASCO, Cristina (Org) *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Colección Viento Sur. Madrid: La Oveja Roja, 2014.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, setembro-dezembro 2007.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam; TEIXEIRA, Marilane (Orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para*

- as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça: 1995 a 2015*. Brasília: IPEA, 2017.
- KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar e WALDOW, Vera (Orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LEÓN, Magdalena. Claves feministas para otra economía. In: REMTE. *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: REMTE, 2015.
- MARCARINI, Camila. *As sujeitas políticas e a formação na universidade: Encontros de Mulheres Estudantes da UNE 2003-2015*. Dissertação de Mestrado. UFRGS-Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2017.
- MEDEIROS, Rejane; MOURA, Conceição. *Mulheres e Territórios: a busca por autonomia econômica e acesso a políticas públicas*. Mossoró: Centro Feminista 8 de Março, 2016.
- MELO, Hildete; CONSIDERA, Claudio; SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3(31), p. 435-454, dez. 2007.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Campo de ação: *Trabalho e autonomia econômica das mulheres*. 2010. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/autonomia-economica-das-mulheres/>> Acesso em 3 de setembro de 2018.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal “*O mundo não é uma mercadoria, as mulheres também não!*”. Junho de 2012.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. SOF: São Paulo, 2015a.

- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal “*4a ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres*”. Julho de 2015b.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal *As mulheres resistem! Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora*. Novembro, 2016.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal “*Vamos entender como estão querendo roubar os direitos de aposentadoria das mulheres*”. Jornal Março 2017a.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Mujeres libres, pueblos soberanos! Aportes para la transversalización del feminismo en la Jornada Continental por la democracia y contra el neoliberalismo*. Novembro, 2017b.
- MORENO, Renata. *Além do que se vê. Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais. UFABC, 2013.
- MORENO, Tica (Renata). Feminismo contra el capitalismo: acumulados de las mujeres en lucha en América Latina. *Tratados comerciales, ofensivas contra nuestras vidas. Pueblos Revista de Información y Debate*. Bilbao, n.76, janeiro-abril 2018.
- MOURA, Conceição. Autonomía económica de las mujeres rurales en los territorios de la ciudadanía. In: FARIA, Nalu; Moreno, Renata; NOBRE, Miriam (Orgs). *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2015
- MOURA, Conceição; MORENO, Renata. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no Sertão do Apodi. *Dossiê: métodos e fontes de pesquisa em Ciências Sociais. Mediações*, v.18, n.2, p.28–45, 2013.
- MUÑOZ, Lina. Mujeres y crisis: un análisis feminista de la gran recesión y el austericidio. In: CARRASCO, Cristina (Org) *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Colección Viento Sur. Madrid: La Oveja Roja, 2014.

- MUÑOZ, Lina; RODRÍGUEZ-MODROÑO, Paula. Una crítica desde la economía feminista a la salida austericida de la crisis. *ATLÁNTICAS – Revista Internacional de Estudios Feministas*, v.1, n.1, p. 8-33, 2016.
- NOBRE, Miriam. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. *Papeles de Economía Solidária*. Bilbao, n.4, janeiro 2015.
- PÉREZ OROZCO. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.
- PÉREZ OROZCO. *Aprendizajes de las resistencias feministas latinoamericanas a los Tratados de Libre Comercio e Inversión. Del no al ALCA al cuestionamiento del capitalismo patriarcal*. Bilbao: OMAL-Paz con Dignidad, 2017.
- PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- PRUGL, Elisabeth. Neoliberalising feminism. *New Political Economy*, v.20, n.4, p.614-631, 2015.
- REF Rede Economia e Feminismo. *Economia feminista e agroecologia: desafios e propostas para a assessoria e acompanhamento processual aos grupos de mulheres rurais*. Outubro, 2014. Documento disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/02/s%C3%ADntese-debate-REF-18-10-2014.doc.pdf>> acesso em 3 de setembro de 2018.
- REMTE. *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: REMTE, 2015.
- SEGATO, Rita. *Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- SILVEIRA, Maria Lúcia. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres; alinhavando reflexões. In: FREITAS, Taís; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.
- SOF Sempreviva Organização Feminista. *En busca de la igualdad: textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2013.

SOF Sempreviva Organização Feminista. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF, 2014.

SOF Sempreviva Organização Feminista. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. 2a. Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

TEIXEIRA, Marilane. Sistemas de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

TEIXEIRA, Marilane. *O desmonte trabalhista e previdenciário: reinventando novas formas de desigualdade entre os sexos*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Análise n. 26/2017.

Recebido em: 25/05/2018.

Reenviado em: 10/09/2018.

Aceito em: 11/09/2018.